

BOLETIM 780

Brasília, 2 de maio de 2019



1º de Maio Unitário dá a arrancada para a greve geral de 14 de junho contra o desmonte da Previdência Social

Diante de um público de 200 mil pessoas, lideranças sindicais, sociais e políticas reafirmaram nesta quarta-feira (1/5), Dia Internacional do Trabalhador, a disposição para convocar uma greve geral contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro (PSL). No 1º de Maio mais representativo da história – com todas as centrais sindicais, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo –, cresceu o consenso para uma nova paralisação nacional, já pré-convocada para 14 de junho.

Além da presença de todas as centrais (Força Sindical, CTB, CUT, CGTB, CSP-Conlutas, CSB, Intersindical, Nova Central, UGT), o ato contou com representantes de diversas entidades, sindicatos, associações, partidos políticos e movimentos sociais que se somaram à convocação da Greve Geral, marcada para o dia 14 de junho.

Estavam presentes no ato a UNE, os partidos PSB, PCdoB, PT, PDT, PSOL, PSTU e PTB, deputados federais e estaduais, a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), a União Brasileira de Mulheres (CMB), a Associação dos Fiscais da Previdência, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outras entidades.

O evento unitário do 1º de Maio aconteceu em diversas outras capitais e cidades do país.

Fonte: Centrais Sindicais

Em discurso, Bolsonaro evita falar sobre desemprego

Citou 'dificuldades iniciais' e deu ênfase à liberdade econômica

Bolsonaro fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão neste 1º de Maio, Dia do Trabalho. Em sua fala de 1 minuto e 52 segundos, ele evitou falar sobre o desemprego –que atinge 13,4 milhões de brasileiros. A proposta de reforma da Previdência também não foi citada.

A ênfase do discurso de Bolsonaro foi a medida provisória da liberdade econômica, assinada na 3ª feira. A MP altera a legislação sobre pequenas empresas e startups para tentar para minimizar a burocracia. De acordo com as mudanças, as empresas contempladas não precisarão de alvará para testar novos produtos e serviços, caso tais mercadorias não afetem nem saúde ou nem a segurança pública e sanitária.



Emprego, salário? Para governo, 1º de Maio é dia de controle sindical

Sergio Moro anuncia novo "marco normativo" de registro de entidades sindicais, que no ano passado foram objeto de investigação. Mas não houve consulta aos atores envolvidos

No dia consagrado ao trabalhador, normalmente os governantes dedicam discursos a temas como emprego, salário e crescimento. No caso do atual mandatário, que não tem agenda oficial no dia de hoje, o 1º de Maio serve para publicar portaria sobre registro sindical digital.

Essa área, considerada bastante sensível, saiu do Ministério do Trabalho, extinto por Jair Bolsonaro, e foi para a pasta da Justiça, comandada por Sergio Moro. Em certo sentido, a questão social voltou a ser caso de polícia, como era admitido de maneira mais clara no tempo da República Velha.

A portaria sai em edição extraordinária do Diário Oficial da União, nesta quarta-feira (1º). Segundo representantes das centrais, a medida foi elaborada sem nenhum tipo de negociação com o movimento sindical, apesar de se tratar de tema de interesse direto das entidades.

Terça (30), o governo anunciou o "marco normativo do registro sindical", criado, segundo anúncio oficial, para dar "transparência e celeridade" ao processo. O objetivo é de, até o final do ano que vem, reduzir o período entre solicitação e distribuição de 919 para 10 dias. E a decisão final cairia de quatro anos para nove meses.

Segundo Moro, a "reorganização" do setor deve "coibir malversações nesta área", além de atender aos interessados – que não foram

consultados a respeito. O governo espera que todos os 25 mil processos que tramitaram nos últimos 15 anos estejam digitalizados até o final de 2020.

Fonte: Rede Brasil Atual

Comissão da reforma quer votar em março

O presidente da comissão especial que vai analisar o mérito da reforma da Previdência na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), disse nesta terça-feira (30) que espera votar o parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019) em junho no colegiado.

"Se o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia quer votar em plenário em julho, vamos montar o cronograma para terminar os trabalhos em junho. Acontece que existem elementos nesse debate que independem de nós porque a elaboração do relatório na comissão tem que ser coordenada com a construção de maioria no plenário. Não adianta votar na comissão sem ter a garantia de maioria no plenário", afirmou o parlamentar.

Ramos reuniu-se nesta terça-feira com o relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), e com o vice-presidente da comissão, deputado Silvio Costa Filho (PRB-PE), para definir um cronograma de trabalho que será apresentado aos coordenadores de bancada dos partidos que compõem o colegiado na próxima terça-feira (7), quando ocorrerá a primeira reunião ordinária da comissão.

O plano de trabalho prevê que 11 audiências públicas sejam feitas em maio ouvindo a equipe econômica e representantes de corporações e da sociedade civil. A ideia de Ramos é reunir a comissão três vezes por semana.

Fonte: Agência Brasil

Mais desemprego e mais desalento no 1º trimestre

No primeiro trimestre do "novo" governo, o número de desempregados cresceu 10,2%, em 1,2 milhão, para um total de 13,387 milhões, segundo a Pnad Contínua, divulgada na manhã desta terça-feira (30) pelo IBGE. A taxa de desemprego foi a 12,7%, ante 11,6% no último trimestre do ano. Não variou significativamente em relação a igual período de 2018 (13,1%). O total de ocupados (91,863 milhões) caiu 0,9% no trimestre, com menos 873 mil. A subutilização da força de trabalho é recorde e o desalento continua subindo.

A taxa de subutilização, que indica gente que poderia estar trabalhando mais, atingiu 25%, o maior nível da série histórica, iniciada em 2012. A população subutilizada chega a 28,3 milhões, com acréscimo de 1,5 milhão de pessoas no trimestre e de 819 mil em 12 meses.

De acordo com o IBGE, o número de pessoas desalentadas – que desistiram de procurar emprego – subiu também nas duas comparações, somando 4,8 milhões. O percentual de desalentados manteve o recorde da série (4,4%). Considerados 12 meses, o país abriu 1,591 milhão de ocupações (1,8%). Mas o que cresce é sempre o trabalho informal. Basicamente, o emprego sem carteira (466 mil a mais no período) e os trabalhadores por conta própria (879 mil).

O número de empregados no setor privado com carteira assinada foi estimado em 32,918 milhões, estável tanto no trimestre como em 12 meses. O total de sem carteira (11,124 milhões) caiu 3,2% no primeiro período de 2019 (menos 365 mil) e cresceu 4,4% em relação a igual período do ano passado. Isso aconteceu também com os trabalhadores por conta própria.

Fonte: Rede Brasil Atual



Subutilizados no mercado de trabalho chegam a 28,3 milhões

A população subutilizada no mercado de trabalho atingiu o número recorde 28,3 milhões de pessoas no primeiro trimestre deste ano, ou seja, 5,6% a mais do que no último trimestre de 2018 e 3% a mais do que no primeiro trimestre daquele ano. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012.

De acordo com o IBGE, é considerado subutilizado todo aquele que está desempregado, que trabalha menos do que poderia, que não procurou emprego mas estava disponível para trabalhar ou que procurou emprego mas não estava disponível para a vaga.

A taxa de subutilização também é a maior da série histórica: 25%, superior aos 23,8% do trimestre anterior e aos 24,6% do primeiro trimestre de 2018.

O número de pessoas desalentadas, ou seja, aquelas que desistiram de procurar emprego chegou a 4,8 milhões, 3,9% superior (mais 180 mil pessoas) em relação ao último trimestre de 2018 e 5,6% superior (mais 256 mil pessoas) em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

Fonte: Agência Brasil

Preço de produtos na saída das fábricas sobe 1,63% em março, diz IBGE

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) – que mede a variação de preços dos produtos industrializados no momento em que saem das fábricas – registrou inflação de 1,63% em março deste ano. A taxa é superior ao 0,45% de fevereiro deste ano e ao 1,08% de março do ano passado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPP acumula taxas de 1,32% no ano e de 8,98% em 12 meses.

Dezenove das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram alta de preços em março, com destaque para refino de petróleo e produtos de álcool (6,74%), indústrias extrativas (12,13%), alimentos (0,71%) e metalurgia (0,83%).

Entre as cinco atividades com queda de preços estão perfumaria (-0,94%), borracha (-0,57%) e bebidas (-0,39%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas, a maior alta de preços foi observada entre os bens de consumo semi e não duráveis (2,24%) e os bens intermediários, ou seja, os insumos industrializados usados no setor produtivos (1,59%). Também tiveram inflação os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos (0,91%).

Os bens de consumo duráveis tiveram queda de preços de 0,03% no mês.

Fonte: Agência Brasil



Ataque aos Correios é a nova diretriz do governo

O desmonte da estrutura pública brasileira tem um novo capítulo com o ataque direto de Bolsonaro aos Correios. Bolsonaro discutiu com Salim Mattar, secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do ministério da Economia, as possibilidades de privatização da maior estatal brasileira, que emprega 106 mil funcionários.

Mattar acusou os Correios de "práticas de corrupção" e destacou que "decisões equivocadas causaram um rombo de mais de R\$ 11 bilhões no fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalís."

Bolsonaro sempre alimentou a ideia de privatizar os Correios. Em outubro de 2018, antes de ser eleito, afirmou que a estatal tem grande chance de privatização.

A matéria do jornal Folha de S. Paulo destaca que os ataques de Mattar à estatal não se resumiram a generalidades: ele também fustigou os planos de assistência dos funcionários. "Mattar argumentou que o rombo no plano de saúde dos funcionários dos Correios atingiu R\$ 3,9 bilhões."

Fonte: Brasil247



Projeto prevê prioridade no atendimento prioritário a idosos maiores de 80

O Projeto de Lei 927/19 torna obrigatório o atendimento prioritário especial para idosos maiores de 80 anos e pessoas com deficiência.

A medida é acrescentada à Lei 10.048/00, que já prevê atendimento prioritário às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos. Pela proposta, as pessoas com deficiência e com mais de 80 anos serão atendidas preferencialmente em relação às demais.

“Dentre os beneficiários do atendimento prioritário há pessoas que demandam um tratamento especial, por serem ainda mais vulneráveis”, justifica o deputado Hélio Costa (PRB-SC), autor da medida.

Pelo texto, os órgãos da administração pública, as empresas prestadoras de serviços públicos, as instituições financeiras e estabelecimentos comerciais de grande circulação deverão divulgar, em lugar visível, essa prioridade.

Tramitação - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS